

Alerta Legislação nº 36, de 31 ago. a 05 set. 2020

Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo

Visite nosso endereço na Internet e conheça
outros produtos da Biblioteca:

<http://www.bibliotecajuridica.sp.gov.br>

DESTAQUES

Governo Federal

DECRETO Nº 10.478, DE 31 DE AGOSTO DE 2020

Altera o Código de Conduta da Alta Administração Federal.

Governo do Estado de São Paulo

DECRETO Nº 65.170, DE 4 DE SETEMBRO DE 2020

Estende a medida de quarentena de que trata o [Decreto nº 64.881, de 22 de março de 2020](#)

(...)

Artigo 1º - Observados os termos e condições estabelecidos no [Decreto nº 64.994, de 28 de maio de 2020](#), fica estendida, até 19 de setembro de 2020, a vigência:

I - da medida de quarentena instituída pelo Decreto nº 64.881, de 22 de março de 2020;

II - da suspensão de atividades não essenciais no âmbito da Administração Pública estadual, nos termos do [Decreto nº 64.879, de 20 de março de 2020](#).

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor em 7 de setembro de 2020.

(...)

LEGISLAÇÃO FEDERAL

D. O. U.

LEGISLAÇÃO SUPERIOR

04/09/2020

DECRETO Nº 10.481, DE 3 DE SETEMBRO DE 2020

Dispõe sobre a exclusão da participação minoritária detida pelo Instituto Nacional do Seguro Social na *Caixa Seguros Holding S.A* do Programa Nacional de Desestatização.

03/09/2020

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.000, DE 2 DE SETEMBRO DE 2020

Institui o auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional

	<p>decorrente do coronavírus (covid-19) responsável pelo surto de 2019, a que se refere a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.</p> <p><u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 999, DE 2 DE SETEMBRO DE 2020</u> Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Cidadania, no valor de R\$ 67.600.886.209,00, para o fim que especifica, e dá outras providências.</p>
<p>02/09/2020</p>	<p><u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 998, DE 1º DE SETEMBRO DE 2020</u> Altera a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000 (1), a Lei nº 5.655, de 20 de maio de 1971 (2), o Decreto-Lei nº 1.383, de 26 de dezembro de 1974 (3), a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996 (4), a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002 (5), a Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004 (6), a Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009 (7), e a Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013 (8), transfere para a União as ações de titularidade da Comissão Nacional de Energia Nuclear representativas do capital social das Indústrias Nucleares do Brasil S.A. e da Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A e dá outras providências.</p> <p>(1) <i>Dispõe sobre realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética por parte das empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica, e dá outras providências.</i></p> <p>(2) <i>Dispõe sobre a remuneração legal do investimento dos concessionários de serviços públicos de energia elétrica, e dá outras providências</i></p> <p>(3) <i>Altera a redação do artigo 4º da Lei nº 5.655, de 20 de maio de 1971 e dá outras providências</i></p> <p>(4) <i>Institui a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica e dá outras providências.</i></p> <p>(5) <i>Dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica emergencial, recomposição tarifária extraordinária, cria o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfra), a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), dispõe sobre a universalização do serviço público de energia elétrica, dá nova redação às Leis no 9.427, de 26 de dezembro de 1996, no 9.648, de 27 de maio de 1998, no 3.890-A, de 25 de abril de 1961, no 5.655, de 20 de maio de 1971, no 5.899, de 5 de julho de 1973, no 9.991, de 24 de julho de 2000, e dá outras providências.</i></p> <p>(6) <i>Dispõe sobre a comercialização de energia elétrica, altera as Leis nºs 5.655, de 20 de maio de 1971, 8.631, de 4 de março de 1993, 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 9.478, de 6 de agosto de 1997, 9.648, de 27 de maio de 1998, 9.991, de 24 de julho de 2000, 10.438, de 26 de abril de 2002, e dá outras providências.</i></p> <p>(7) <i>Dispõe sobre os serviços de energia elétrica nos Sistemas Isolados; altera as Leis nos 9.991, de 24 de julho de 2000, 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e 10.848, de 15 de março de 2004; revoga dispositivos das Leis nos 8.631, de 4 de março de 1993, 9.648, de 27 de maio de 1998, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003; e dá outras providências.</i></p> <p>(8) <i>Dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais e sobre a modicidade tarifária; altera as Leis nº s 10.438, de 26 de abril de 2002, 12.111, de 9 de dezembro de 2009, 9.648, de 27 de maio de 1998, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e 10.848, de 15 de março de 2004; revoga dispositivo da Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993; e dá outras providências.</i></p> <p><u>DECRETO Nº 10.480, DE 1º DE SETEMBRO DE 2020</u> Dispõe sobre medidas para estimular o desenvolvimento da infraestrutura de redes de telecomunicações e regulamenta a Lei nº 13.116, de 20 de abril de 2015(*).</p> <p>(*) <i>Estabelece normas gerais para implantação e compartilhamento da infraestrutura de telecomunicações e altera as Leis n º 9.472, de 16 de julho de 1997, 11.934, de 5 de maio de 2009, e 10.257, de 10 de julho de 2001.</i></p>
<p>01/09/2020</p>	<p><u>DECRETO Nº 10.479, DE 31 DE AGOSTO DE 2020</u> Dispõe sobre a qualificação das áreas em oferta permanente para</p>

	<p>exploração e produção de petróleo e de gás natural no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República.</p> <p><u>DECRETO Nº 10.478, DE 31 DE AGOSTO DE 2020</u> Altera o Código de Conduta da Alta Administração Federal.</p>
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Presidência da República (PR)	<p>ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO (AGU) <u>PORTARIA Nº 317, DE 28 DE AGOSTO DE 2020</u> Aprova o Regimento Interno da Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Infraestrutura.</p> <p>CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA ENERGÉTICA - CNPE <u>RESOLUÇÃO Nº 5, DE 18 DE AGOSTO DE 2020</u> Altera a Resolução CNPE nº 27, de 12 de dezembro de 2019, que institui o Comitê para Revitalização das Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural em Áreas Terrestres.</p>
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)	<p>GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 1º DE SETEMBRO DE 2020</u> Define o nome comum e respectivos nomes científicos para as principais espécies de peixes de interesse comercial destinados ao comércio nacional.</p> <p>SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 85, DE 24 DE AGOSTO DE 2020</u> Altera a Lista de Pragas Quarentenárias Ausentes</p> <p><u>PORTARIA Nº 144, DE 24 DE AGOSTO DE 2020</u> Submeter à Consulta Pública, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da publicação desta Portaria, a proposta de Instrução Normativa que estabelece normas e padrões específicos para produção e comercialização de sementes de espécies forrageiras de clima tropical, com validade em todo o território nacional, visando à garantia da identidade e qualidade.</p>
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 3.248, DE 2 DE SETEMBRO DE 2020</u> Institui o Grupo de Trabalho denominado GT-PNE, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, com a finalidade de propor a revisão da Política Nacional de Desenvolvimento de Atividades Espaciais - PNDAE.</p>
Ministério do Desenvolvimento Regional	<p>CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS <u>RESOLUÇÃO CNRH Nº 212, DE 28 DE AGOSTO DE 2020</u> Delega competência à Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul - Agevap, para o exercício de funções inerentes à Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio</p>

	Doce.
<p>Ministério da Economia</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) – Junta de Execução Orçamentária <u>RESOLUÇÃO Nº 2, DE 20 DE JULHO DE 2020</u> Aprova o Regimento Interno da Comissão Técnica de Gestão Orçamentária e Financeira - CTGOF.</p> <p>BANCO CENTRAL DO BRASIL <u>PORTARIA Nº 108.150, DE 27 DE AGOSTO DE 2020</u> Divulga alterações no Regimento Interno do Banco Central do Brasil.</p> <p><u>RESOLUÇÃO CMN Nº 4.852, DE 27 DE AGOSTO DE 2020</u> Altera o Regulamento Anexo I à Resolução nº 4.373, de 29 de setembro de 2014, que dispõe sobre aplicações de investidor não residente no Brasil nos mercados financeiro e de capitais no País e dá outras providências.</p> <p><u>RESOLUÇÃO CMN Nº 4.851, DE 27 DE AGOSTO DE 2020</u> Altera disposições da Resolução nº 4.192, de 1º de março de 2013, e da Resolução nº 4.279, de 31 de outubro de 2013, e revoga a Resolução nº 4.679 e a Resolução nº 4.680, ambas de 31 de julho de 2018, que dispõem sobre a metodologia para apuração do Patrimônio de Referência (PR).</p> <p><u>RESOLUÇÃO CMN Nº 4.848, DE 27 DE AGOSTO DE 2020</u> Ajusta os preços de referência para as operações de comercialização constantes da Seção 3 (Atividade Pesqueira e Aquícola) do Capítulo 4 (Finalidades Especiais); a região de abrangência do preço garantidor do sorgo ao amparo do Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF); e o item 12 da Seção 18 (Normas Transitórias) do Capítulo 10 do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) do Manual de Crédito Rural (MCR).</p> <p>INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS – Comitê Estratégico de Governança <u>RESOLUÇÃO Nº 11, DE 31 DE AGOSTO DE 2020</u> Institui a Equipe de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos - ETIR do Instituto Nacional do Seguro Social.</p> <p><u>RESOLUÇÃO Nº 10, DE 31 DE AGOSTO DE 2020</u> Define as regras para emissão de credenciais de acesso lógico.</p> <p><u>RESOLUÇÃO Nº 9, DE 31 DE AGOSTO DE 2020</u> Atualiza a Política de Segurança da Informação do Instituto Nacional do Seguro Social - POSIN-INSS.</p> <p>PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL <u>PORTARIA Nº 20.407, DE 3 DE SETEMBRO DE 2020</u> Altera a Portaria PGFN n. 7.821, de 18 de março de 2020, para prorrogar a suspensão temporária de medidas de cobrança administrativa da dívida ativa da União.</p> <p>SECRETARIA DE ADVOCACIA DA CONCORRÊNCIA E COMPETITIVIDADE <u>PORTARIA Nº 20.032, DE 28 DE AGOSTO DE 2020</u></p>

Disciplina a requisição de informações e a aplicação das sanções, de que tratam os arts. 19, §1º, 40, 43 e 44 da [Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011](#)(*), no âmbito da Secretaria de Advocacia da Concorrência e Competitividade.

(*) *Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica; altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, e a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; revoga dispositivos da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e a Lei nº 9.781, de 19 de janeiro de 1999; e dá outras providências.*

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
PORTARIA Nº 4.287, DE 3 DE SETEMBRO DE 2020

Suspende os procedimentos administrativos de exclusão de contribuintes de parcelamentos celebrados com a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, por motivo de inadimplência, até 30 de setembro de 2020.

PORTARIA Nº 4.255, DE 27 DE AGOSTO DE 2020

Altera a Portaria RFB nº 2.189, de 6 de junho de 2017, que autoriza o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) a disponibilizar acesso, para terceiros, dos dados e informações que especifica.

PORTARIA Nº 4.261, DE 28 DE AGOSTO DE 2020

Disciplina o atendimento presencial no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB).

SECRETARIA ESPECIAL DE PREVIDÊNCIA E TRABALHO
→ Secretaria de Previdência

PORTARIA CONJUNTA Nº 53, DE 2 DE SETEMBRO DE 2020

Dispõe sobre a confirmação da concessão do auxílio por incapacidade temporária (auxílio doença), requerido com fundamento no art. 4º da [Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020](#). (Processo nº 14021.134008/2020-97).

SECRETARIA ESPECIAL DE FAZENDA

PORTARIA Nº 20.175, DE 31 DE AGOSTO DE 2020

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Dívida Pública Federal, crédito suplementar no valor de R\$ 260.500.000.000,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

CIRCULAR SUSEP Nº 612, DE 18 DE AGOSTO DE 2020

Dispõe sobre a política, os procedimentos e os controles internos destinados especificamente à prevenção e combate aos crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, ou aos crimes que com eles possam relacionar-se, bem como à prevenção e coibição do financiamento do terrorismo.

**Ministério da
Educação**

FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES

PORTARIA GAB Nº 131, DE 3 DE SETEMBRO DE 2020

(...)

Art. 1º Instituir o Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) - Parcerias Estratégicas nos Estados, a ser implementado pela CAPES em parceria com as Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (FAP).

(...)

Ministério da Justiça e Segurança Pública	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 453, DE 31 DE AGOSTO DE 2020</u> Dispõe sobre a elaboração e a tramitação de atos internacionais e de atos interinstitucionais no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública.</p> <p><u>PORTARIA Nº 482, DE 27 DE AGOSTO DE 2020</u> Estabelece a padronização do documento de identidade funcional para os Peritos Oficiais de Natureza Criminal dos Estados e do Distrito Federal.</p> <p><u>PORTARIA Nº 481, DE 27 DE AGOSTO DE 2020</u> Estabelece a padronização do documento de identidade funcional para os policiais militares dos Estados e do Distrito Federal.</p> <p><u>PORTARIA Nº 480, DE 27 DE AGOSTO DE 2020</u> Estabelece a padronização do documento de identidade funcional para os bombeiros militares dos Estados e do Distrito Federal.</p>
Ministério do Meio Ambiente	<p>INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE <u>PORTARIA Nº 896, DE 28 DE AGOSTO DE 2020</u> Tornar público, na forma do Anexo I desta Portaria, a relação dos atos de liberação de atividade econômica emitidos pelo ICMBio, com as respectivas classificações quanto ao risco.</p>
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos	<p>GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>PORTARIA Nº 2.221, DE 3 DE SETEMBRO DE 2020</u> Dispõe sobre os procedimentos para a prestação do auxílio financeiro emergencial pela União às instituições de longa permanência e define os critérios de rateio, nos termos da Lei nº 14.018, de 20 de junho de 2020.</p>
Ministério da Saúde	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 2.345, DE 2 DE SETEMBRO DE 2020</u> Torna sem efeito a Portaria nº 2.309/GM/MS, de 28 de agosto de 2020. (...) Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 2.309/GM/MS, de 28 de agosto de 2020, publicada no Diário Oficial da União nº 168, de 1º de setembro de 2020, Seção 1, página 40. Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.</p> <p><u>PORTARIA Nº 2.309, DE 28 DE AGOSTO DE 2020</u> Altera a Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, e atualiza a Lista de Doenças Relacionadas ao Trabalho (LDRT).</p> <p><u>PORTARIA Nº 2.298, DE 27 DE AGOSTO DE 2020</u> (*) Institui, para o ano de 2020, o repasse financeiro referente ao Piso Variável de Vigilância Sanitária (PV-Visa) para o fortalecimento e</p>

execução das ações de Vigilância Sanitária voltadas ao enfrentamento do coronavírus - Sars-CoV-2

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA)

↳ **Diretoria Colegiada (DC)**

RESOLUÇÃO DE DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 421, DE 1º DE SETEMBRO DE 2020

Dispõe sobre a inclusão de declaração sobre nova fórmula na rotulagem de produtos sujeitos à vigilância sanitária quando da alteração de sua composição.

RESOLUÇÃO DE DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 419, DE 1º DE SETEMBRO DE 2020

Alterar a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 346, de 12 de março de 2020, que define os critérios e os procedimentos extraordinários e temporários para a certificação de boas práticas de fabricação para fins de registro e alterações pós-registro de insumo farmacêutico ativo, medicamento e produtos para saúde em virtude da emergência de saúde pública internacional do Coronavírus.

RESOLUÇÃO DE DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 420, DE 1º DE SETEMBRO DE 2020

Dispõe sobre a atualização do Anexo I da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 405, de 22 de julho de 2020

RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 418, DE 1º DE SETEMBRO DE 2020

Altera a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 153, de 26 de abril de 2017, que dispõe sobre a classificação do grau de risco para as atividades econômicas sujeitas à vigilância sanitária, para fins de licenciamento, e dá outras providências

RESOLUÇÃO DE DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 404, DE 21 DE JULHO DE 2020 (*)

Dispõe sobre a atualização do Anexo I (Listas de Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial) da Portaria SVS/MS nº 344, de 12 de maio de 1998, e dá outras providências.

() Republicada para fins de adequação às disposições trazidas pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 405, de 22 de julho de 2020, conforme aprovação da Diretoria Colegiada em reunião realizada em 1º de setembro de 2020, original em publicada no DOU nº 144, de 29 de julho de 2020, Seção 1, pág. 5*

RESOLUÇÃO DE DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 416, DE 27 DE AGOSTO DE 2020 (*)

Estabelece a classificação de riscos e os prazos para resposta aos requerimentos de atos públicos de liberação de responsabilidade da Anvisa, conforme o disposto no caput do art. 3º e art. 10 do [Decreto nº 10.178, de 18 de dezembro de 2019](#).

() Republicada tabela de ATO DE LIBERAÇÃO - AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO por ter saído com incorreção no original publicado no DOU nº 167, de 31 de agosto de 2020, Seção 1, pág. 135.*

RETIFICAÇÃO DA RESOLUÇÃO DE DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 416, DE 27 DE AGOSTO DE 2020

INSTRUÇÃO NORMATIVA - IN Nº 73, DE 1º DE SETEMBRO DE 2020

Dispõe sobre a inclusão de declaração de nova fórmula na rotulagem

de agrotóxico e afins quando da alteração de sua composição.

INSTRUÇÃO NORMATIVA - IN Nº 72, DE 1º DE SETEMBRO DE 2020

Dispõe sobre a inclusão da informação sobre alteração de ingredientes na embalagem de produtos fumígenos derivados do tabaco.

INSTRUÇÃO NORMATIVA - IN Nº 71, DE 1º DE SETEMBRO DE 2020

Dispõe sobre a inclusão de declaração sobre nova fórmula na rotulagem de medicamentos notificados de baixo risco, produtos tradicionais fitoterápicos e produtos de cannabis quando da alteração de sua composição.

INSTRUÇÃO NORMATIVA - IN Nº 70, DE 1º DE SETEMBRO DE 2020

Dispõe sobre a inclusão de declaração sobre nova fórmula na rotulagem de saneantes quando da alteração de sua composição.

INSTRUÇÃO NORMATIVA - IN Nº 69, DE 1º DE SETEMBRO DE 2020

Dispõe sobre a inclusão de declaração sobre nova fórmula na rotulagem de produtos de higiene pessoal, incluindo descartáveis, cosméticos e perfumes quando da alteração de sua composição.

INSTRUÇÃO NORMATIVA - IN Nº 68, DE 1º DE SETEMBRO DE 2020

Dispõe sobre a inclusão de declaração sobre nova fórmula na rotulagem de dispositivos médicos quando da alteração de sua composição.

INSTRUÇÃO NORMATIVA - IN Nº 67, DE 1º DE SETEMBRO DE 2020

Dispõe sobre a inclusão de declaração sobre nova fórmula na rotulagem de alimentos quando da alteração de sua composição.

INSTRUÇÃO NORMATIVA - IN Nº 66, DE 1º DE SETEMBRO DE 2020

Estabelece a lista de Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE de atividades econômicas sujeitas à vigilância sanitária por grau de risco e dependente de informação para fins de licenciamento sanitário, conforme previsto no parágrafo único do art. 6º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 153, de 26 de abril de 2017

SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE (SVS)

PORTARIA GAB/SVS Nº 28, DE 3 DE SETEMBRO DE 2020

Institui a Câmara Técnica Assessora em Imunização e Doenças Transmissíveis.

PORTARIA GAB/SVS Nº 27, DE 3 DE SETEMBRO DE 2020

Torna sem efeito a Portaria nº 26/GAB/SVS/MS, de 01 de setembro de 2020.

PORTARIA GAB/SVS Nº 26, DE 1º DE SETEMBRO DE 2020

(...)

~~Art. 1º Instituir Câmara Técnica Assessora em Imunização e~~

	Doenças Transmissíveis para prestar consultoria e assessoramento ao Secretário de Vigilância em Saúde e emitir parecer técnico em matérias específicas de interesse da Coordenação Geral do Programa Nacional de Imunizações, da Coordenação Geral de Vigilância em Zoonoses e Doenças de Transmissão Vetorial e, da Coordenação Geral da Vigilância Arboviroses (...)
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais	CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS (CFN) <u>RESOLUÇÃO Nº 663, DE 28 DE AGOSTO DE 2020</u> Dispõe sobre a definição das atribuições de Nutricionista em Unidades de Terapia Intensiva (UTI) e dá outras providências.
Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO
PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
05/09/2020	<u>DECRETO Nº 65.171, DE 4 DE SETEMBRO DE 2020</u> Estabelece os requisitos para o restabelecimento dos parcelamentos rompidos em razão da inadimplência de parcelas com vencimento entre 1º de março de 2020 e 30 de julho de 2020 no âmbito dos Programas Especiais de Parcelamento - PEP que especifica <u>DECRETO Nº 65.170, DE 4 DE SETEMBRO DE 2020</u> Estende a medida de quarentena de que trata o Decreto nº 64.881, de 22 de março de 2020 (...) Artigo 1º - Observados os termos e condições estabelecidos no Decreto nº 64.994, de 28 de maio de 2020 , fica estendida, até 19 de setembro de 2020, a vigência: I - da medida de quarentena instituída pelo Decreto nº 64.881, de 22 de março de 2020; II - da suspensão de atividades não essenciais no âmbito da Administração Pública estadual, nos termos do Decreto nº 64.879, de 20 de março de 2020 . Artigo 2º - Este decreto entra em vigor em 7 de setembro de 2020. (...)
03/09/2020	<u>DECRETO Nº 65.163, DE 2 DE SETEMBRO DE 2020</u> Altera o Anexo II do Decreto nº 64.994, de 28 de maio de 2020 , que dispõe sobre a medida de quarentena de que trata o Decreto nº 64.881, de 22 de março de 2020 , e institui o Plano São Paulo
01/09/2020	<u>LEI Nº 17.288, DE 31 DE AGOSTO DE 2020</u> Altera a Lei nº 11.608, de 29 de dezembro de 2003 , que dispõe sobre a taxa judiciária incidente sobre os serviços públicos de natureza forense

SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Agricultura e Abastecimento (SAA)	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SAA-51, DE 2-9-2020</u> Dispõe sobre a revogação dos atos normativos elencados no Anexo Único da Resolução SAA 49, de 17/8/2020, que submete à consulta pública a lista preliminar de atos normativos para revogação</p>
Desenvolvimento Econômico (SDE)	<p>GABINETE DA SECRETÁRIA (GS) <u>RESOLUÇÃO SEDS - 21, DE 1º-9-2020</u> Altera o anexo da Resolução SEDS 14, de 22-05-2020, que dispõe sobre a Norma Operacional Básica para a Ação Alimento Solidário e dá providências correlatas</p>
Educação (SEDUC)	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SEDUC-63, DE 3-9-2020</u> Dispõe sobre procedimentos para transferência de recursos financeiros para quitação de dívidas contraídas de boa-fé pelas Associações de Pais e Mestres das escolas estaduais</p> <p><u>RESOLUÇÃO SEDUC 61, DE 31-8-2020</u> Edita normas complementares sobre a retomada das aulas e atividades presenciais nas instituições de educação básica, no contexto da pandemia de COVID-19 e nos termos do Artigo 6º, do Decreto 65.061, de 13/07/20</p>
Fazenda e Planejamento (SFP)	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SFP-72, DE 4-9-2020</u> Dispõe sobre a execução das atividades do Programa de Estímulo à Conformidade Tributária - "Nos Conformes", instituído pela Lei Complementar 1.320, de 06-04-2018, relativamente ao período em que vigorar o estado de calamidade pública decorrente da pandemia do novo coronavírus (Covid-19)</p> <p>COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA (CAT) <u>COMUNICADO DICAR-64, DE 1º-9-2020</u> Divulga valores arrecadados a título de Contribuição de Solidariedade às Santas Casas de Misericórdia, por região administrativa do Estado, relativamente ao mês de agosto de 2020.</p> <p><u>COMUNICADO DICAR-63, DE 1º-9-2020</u> Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 30-09-2020 para os débitos de Multas Infracionais do ICMS.</p> <p><u>COMUNICADO DICAR-62, DE 1º-9-2020</u> Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 30-09-2020 para os débitos de ICMS.</p>

	<p><u>COMUNICADO DICAR-61, DE 1º-9-2020</u> Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 30-09-2020 para os débitos de Multas Infracionais de Taxas</p> <p><u>COMUNICADO DICAR-60, DE 1º-9-2020</u> Divulga a Tabela Prática para Cálculo dos Juros de Mora aplicáveis até 30-09-2020 para os débitos de Taxas.</p>
Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA)	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SIMA - 66, DE 2-9-2020</u> Dispõe sobre a prorrogação da isenção do pagamento de outorga mensal aos permissionários prestadores de serviços de lazer, alimentação e estacionamento, junto aos Parques Urbanos, sob a gestão da Coordenadoria de Parques e Parcerias - CPP, da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente</p>
Saúde (SS)	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SS-126, DE 4-9-2020</u> Altera o Anexo I, da Resolução SS-73, de 31-05-2020, que dispõe sobre a "classificação das áreas de abrangência dos Departamentos Regionais de Saúde do Estado e respectivas fases", frente a Pandemia Covid-19, e dá providências correlatas</p>
Segurança Pública (SSP)	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SSP-75, DE 31-8-2020</u> Disciplina no âmbito da Secretaria da Segurança Pública, procedimentos a serem adotados na abordagem de um policial a outro policial</p> <p>POLÍCIA CIVIL DO ESTADO (PCESP) → Delegacia Geral de Polícia Dr. Maurício Henrique Guimarães Pereira (DGP) <u>PORTARIA DGP - 33, DE 01-09-2020</u> Estabelece rotina para o fornecimento de dados de todos os Policiais Civis visando à emissão de carteiras de identidade funciona</p>
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)	<p>REITORIA <u>RESOLUÇÃO GR-90, DE 31-8-2020</u> Dispõe sobre as defesas de dissertações e teses que envolvem conhecimento passível de ser protegido por direitos de propriedade intelectual</p>
Publicação DOE Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
05/09/2020	<p>PROJETOS DE DECRETOS LEGISLATIVOS <u>PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 30, DE 2020</u> Susta os efeitos dos Decretos 65.061, de 13/07/2020 e do Decreto 65.140, de 19/08/2020. DOE, Legislativo, 05/09/2020, p. 10</p>

<p>04/09/2020</p>	<p>PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 572, DE 2020</u> Cria a Região Administrativa de Botucatu. DOE, Legislativo, 04/09/2020, p. 4</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 571, DE 2020</u> Transforma o Hospital das Clínicas de Bauru - HCB em Autarquia e dá providências correlatas. DOE, Legislativo, 04/09/2020, p. 3</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 570, DE 2020</u> Institui a Semana Estadual do Rádio, no Estado de São Paulo. DOE, Legislativo, 04/09/2020, p. 3</p> <p>TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO (TCE) COMUNICADOS COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA <u>ATO GP Nº 13/2020</u> Dispõe sobre a retomada da tramitação de processos físicos nas dependências internas do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. (...) DOE, Legislativo, 04/09/2020, p. 8</p> <p>COMUNICADOS DA SECRETARIA DIRETORIA GERAL <u>COMUNICADO SDG Nº 44/2020</u> ORIENTAÇÕES PARA O ENFRENTAMENTO DA CRISE O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, com propósito de orientar os jurisdicionados frente ao estado de calamidade pública imposto em função da pandemia do coronavírus, editou o Manual COVID-19: Orientações para o Enfrentamento da Crise, com as respostas às perguntas encaminhadas nas "lives". (...) DOE, Legislativo, 04/09/2020, p. 8</p>
<p>03/09/2020</p>	<p>PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 568, 2020</u> Dispõe sobre a fixação de metas e prazos para o atingimento dos valores de concentração de poluentes preconizados pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para fins de monitoramento da qualidade do ar no Estado de São Paulo e dá outras providências. DOE, Legislativo, 03/09/2020, p. 10</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 567, DE 2020</u> Dispõe sobre o Programa para Prevenção de Doenças Infectocontagiosas, caracterizadas como epidemias ou pandemias, entre os Profissionais de Segurança Pública e da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo DOE, Legislativo, 03/09/2020, p. 10</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 566, DE 2020</u> Classifica como Município de Interesse Turístico o Município de Itapeçerica da Serra</p>

	<p>DOE, Legislativo, 03/09/2020, p. 10</p> <p>PROJETOS DE RESOLUÇÃO <u>PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 16, DE 2020</u> Cria a "Medalha do Mérito da Segurança Pública DEPUTADO ERASMO DIAS". DOE, Legislativo, 03/09/2020, p. 11</p>
02/09/2020	<p>PROJETOS DE DECRETOS LEGISLATIVOS <u>PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 29, DE 2020</u> Susta os efeitos da Resolução SEDUC 61, de 31-8-2020, que edita normas complementares sobre a retomada das aulas e atividades presenciais nas instituições de educação básica, no contexto da pandemia de COVID-19 e nos termos do Artigo 6º, do Decreto 65.061, de 13/07/20. DOE, Legislativo, 02/09/2020, p. 12</p>
01/09/2020	<p>PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 563, DE 2020</u> "Regulamenta, no âmbito do Estado de São Paulo, o inciso II, do parágrafo único do artigo 158 da Constituição Federal" DOE, Legislativo, 01/09/2020, p. 10</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 562, DE 2020</u> Institui no âmbito da Segurança Pública do Estado o "Dispositivo de Identificação Policial em Abordagem", DIPA e dá outras providências. DOE, Legislativo, 01/09/2020, p. 10</p> <p>TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO (TCE) COMUNICADOS COMUNICADOS DA SECRETARIA DIRETORIA GERAL <u>COMUNICADO SDG Nº 42/2020</u> O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo lembra aos Agentes Políticos e Dirigentes Municipais sobre o Ciclo de Debates tratando dos cuidados com o último ano de mandato e dos procedimentos no enfrentamento do Covid-19. O evento será realizado, em modo virtual, no dia 3 de setembro, das 10h às 13h, através do link http://streaming.tce.sp.gov.br/ciclododebates SDG, em 27 de agosto de 2020. SÉRGIO CIQUERA ROSSI Secretário-Diretor Geral DOE, Legislativo, 01/09/2020, p. 18</p>
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
05/09/2020	<p><u>DECRETO Nº 59.746, DE 4 DE SETEMBRO DE 2020</u> Cria a Coordenação dos Povos Indígenas na Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania - SMDHC, transfere o cargo de provimento em comissão que especifica e altera dispositivos dos Decretos nº 58.079, de 24 de janeiro de 2018, nº 58.123, de 8 de</p>

	março de 2018, e nº 59.000, de 7 de outubro de 2019.
04/09/2020	<u>DECRETO Nº 59.744, DE 3 DE SETEMBRO DE 2020</u> Estabelece a licença complementar de funcionamento para os estabelecimentos que especifica.
01/09/2020	<u>DECRETO Nº 59.728, DE 31 DE AGOSTO DE 2020</u> Prorroga até 15 de setembro de 2020 os prazos previstos no inciso VII do artigo 12 e no artigo 20 do Decreto nº 59.449, de 18 de maio de 2020 , em decorrência da pandemia de COVID-19.

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço:http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa
mariaisa@sp.gov.br

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Mauro Sérgio Nascimento da Silva
maurosilva@sp.gov.br

Silvio Tadeu Brígido
sbrigido@sp.gov.br

Edson Prates
eprates@sp.gov.br

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo / Casa Civil

(11) 2193-8107 e 2193-8144

ccivil@sp.gov.br

Biblioteca

Cancelamento:

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor acessar o *link*:

<https://support.microsoft.com/pt-br/office/filtrar-lixo-eletr%C3%B4nico-e-spam-no-outlook-na-web-db786e79-54e2-40cc-904f-d89d57b7f41d>